

# REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

OUTUBRO DEZEMBRO-1999

**RENOVAR**



**FGV**

Fundação Getúlio Vargas

**218**

# SUMÁRIO

## **Doutrina**

Moralidade Administrativa (*) — CAIO TÁCITO	1
O princípio constitucional da motivação dos atos administrativos — FÁBIO MEDINA OSÓRIO	11
Agências Reguladoras e suas características — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	71
Agências Administrativas, Poder Regulamentar e o Sistema Financeiro Nacional — EGON BOCKMANN MOREIRA	93
O silêncio no Direito Administrativo — HERALDO GARCIA VITTA	113
As contribuições previdenciárias após a Lei nº 9.717/98 — MARCÍLIO TOSCANO FRANÇA FILHO	139
Aspectos processuais do controle abstrato da constitucionalidade — GUSTAVO BINENBOJM	151
A lei de arbitragem e a pretensa inconstitucionalidade do seu art. 7º — CARMEN TIBURCIO	175

## **Jurisprudência dos Tribunais**

Atividade administrativa — Poder Legislativo — Inconstitucionalidade (STF)	197
Servidor Estadual — Aumento de Remuneração — Inconstitucionalidade (STF)	205
Servidor Público — Serventuário de Registro de Imóveis — Responsabilidade do Estado (STF)	208
Servidor Público — Demissão — Processo Administrativo (STF)	211

(\*) Participação na coletânea Ética no Direito e na Economia — 1999 — Edição da Academia Internacional de Direito e Economia.

Lei — Ausência de razoabilidade — Inconstitucionalidade (STF)	216
Tribunal de Contas Estadual — Provimento — Governador (STF)	218
Razões de Estado — Alegação — Inconstitucionalidade (STF)	222
Mandado de Segurança — Prescrição — Exame da prova (STF)	225
Mandado de Segurança — Exame de provas — Processo disciplinar (STF)	228
Medida Provisória — Lei Complementar — Floresta Amazônica (STF)	231
Processo Legislativo Estadual — Modelo Federal — Inconstitucionalidade (STF)	248
Processo Legislativo — Servidor Público — Iniciativa de lei (STF)	250
Professor — Tempo de Serviço — Estabilidade (STF)	252
Tribunal de Contas — Aumento de Vencimentos — Inconstitucionalidade (STF)	254
Tribunal Marítimo — Revisão judicial — Validade técnica (STJ)	257
Comentário — Pedro Gordilho	264
Concessão de obra pública — Tarifa — Alteração (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul)	265
Comissão Parlamentar de Inquérito — Quebra de Sigilo Bancário — Motivação (STF)	285
Despacho do Relator	
Ação Civil Pública — Tributo — Direito individual (STJ)	288
Despacho do Relator	
Tratado Internacional — Constituição — Prisão Civil (STF)	291
Despacho do Relator	
Presidente da República — Delito fiscal — Competência (STF)	295
Despacho do Relator	
Magistrado — Reajuste de 11,98% — Suspensão (STF)	298
Servidor Público — Pensão — Valor integral (STF)	307
Servidor Estadual — Adicional por Tempo de Serviço — Cálculo (STF)	309

Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 — Altera dispositivos da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	372
Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 — Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.	373
<b>RAZÕES DE VETO</b>	374
Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999 — Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	375
<b>RAZÕES DE VETO</b>	379
Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 — Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências	381
Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999 — Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	381
<b>RAZÕES DE VETO</b>	383
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 — Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, e dá outras providências.	386
Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999 — Altera a Legislação Tributária Federal	388
Decreto nº 3.255, de 19 de novembro de 1999 — Dispõe sobre o custeio de auxílio moradia para dirigentes de empresas estatais federais.	389
Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999 — Dispõe sobre a dissolução, liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA.	390
Decreto nº 3.285, de 10 de dezembro de 1999 — Dispõe sobre a não aplicação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, às instituições financeiras estaduais cujo controle acionário tenha sido adquirido pela União.	392
Decreto nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999 — Regulamenta o art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União, e dá outras providências.	392
<b>Índice Analítico</b>	397

Servidor Estadual — Teto de vencimentos — Paradigma (STF)	312
Servidor Estadual — Regime celetista — Lei federal (STF)	315
Segurança Pública — Polícia Militar — Uso por particular (STF)	319

## **Tribunal de Contas**

Calamidade pública — Dispensa de licitação — Requisitos (TCU)	323
---	-----

## **Pareceres**

Partido Político — Funcionamento Parlamentar — Bloco Parlamentar — CELIO BORJA	337
---	-----

Concessionária de Serviço Público — Bens públicos — Direito de uso — EROS ROBERTO GRAU	343
---	-----

Concessão de Serviço Público — Tarifa — Serviço Adicional — CAIO TÁCITO	356
--	-----

## **Legislação**

Emenda Constitucional nº 24, de 9 de dezembro de 1999 — Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho	361
--	-----

Lei Complementar nº 98, de 3 de dezembro de 1999 — Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.	362
--	-----

Lei Complementar nº 99, de 20 de dezembro de 1999 — Dá nova redação ao inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	363
--	-----

Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999 — Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.	363
--	-----

RAZÕES DE VETO	369
----------------	-----

Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999 — Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	370
---	-----